

DECLARAÇÃO

(Acumulação de cargo na Assembleia Municipal com exercício de cargos ou funções discriminados no n.º 9 do art.º 2º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, com remuneração total ilíquida superior a €4.165)

Eu, _____,

abaixo-assinado(a), na qualidade de membro da Assembleia Municipal de Lisboa, declaro sob compromisso de honra que, nos termos e para os efeitos de aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2º da lei nº 75/2014, de 12 de Setembro, **me encontro abrangido(a) pela acumulação** com outros cargos ou funções discriminados no nº 9 do referido artigo, para além de ser membro efectivo ou substituto da Assembleia Municipal, tendo recebido no mês anterior uma remuneração total ilíquida mensal¹ superior a **€4.165**.

Mais declaro que, em caso de alteração da minha situação, comunicarei tal facto, para os devidos efeitos legais, à Assembleia Municipal de Lisboa.

O (A) Deputado (a) Municipal

(assinatura)

Lisboa, ____ de _____ de 2015

¹ Nos termos das al. a), b) e c) do nº 4 do art.º 2º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, consideram-se *remunerações totais ilíquidas mensais* as que resultam do **valor agregado de todas as prestações pecuniárias**, designadamente remuneração base, subsídios, suplementos remuneratórios, incluindo emolumentos, gratificações, subvenções, senhas de presença, abonos, despesas de representação e trabalho suplementar, extraordinário ou em dias de descanso e feriados; **não são considerados** os montantes abonados a título de subsídio de refeição, ajuda de custo, subsídio de transporte ou o reembolso de despesas efetuado nos termos da lei, os montantes pecuniários que tenham natureza de prestação social e nomeadamente os montantes abonados ao pessoal das forças de segurança a título de participação anual na aquisição de fardamento; na determinação da redução, os subsídios de férias e de Natal são considerados mensalidades autónomas.